

GRUPO 1

A FILOSOFIA, A JUSTIÇA e O DIREITO – FUNDAMENTOS, TEORIAS E PRÁTICAS.

Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig

RESUMO

A idéia central do Projeto de Pesquisa consiste em tomar como referência os principais paradigmas filosóficos e suas concepções de Justiça no decorrer da História da Filosofia. Perceber e identificar os principais argumentos filosóficos de cada um dos modelos ao fundamentar e definir sua idéia de justiça. Por exemplo, quais os argumentos do modelo de Aristóteles para fundamentar a idéia de justiça como igualdade, ou de Habermas para definir o justo como consenso, e assim nos demais modelos. Depois, relacionar a idéia de justiça com o direito teorizado e praticado. Por exemplo, a idéia de justiça como igualdade deve servir de fundamento, de orientação para a legitimidade do direito positivado ou praticado no mundo de hoje? Ou seriam dimensões separadas? Ou o critério definidor deve ser a diferença e não a igualdade? E refletir sobre as questões que daí decorrem. A partir desse eixo central estudar e questionar as principais idéias de justiça, concepções de direito e suas práticas históricas, com a finalidade de conceber a complexidade do tema na complexidade sistêmica do mundo atual. A reflexão se dará desde as condições da premodernidade, passando pela modernidade até atingir os tempos atuais, que para não poucos são tempos pós-modernos, e para outros são tempos hipermodernos, e para alguns (que nem por isso são poucos) são tempos transmodernos. De qual idéia de justiça necessitamos? Necessitamos de um conceito premoderno, moderno, pósmoderno, hipermoderno ou transmoderno (pós-colonial)? Ou de todos um pouco, dependendo da realidade que está em jogo. Como o conceito de justiça pode orientar o direito a partir da igualdade, da liberdade, da ordem, da diferença, do existente, do ainda não existente, dos sujeitos de direito tradicionais, dos novos sujeitos de direito, dos direitos já consagrados, das demandas que ainda-não-são-direitos? Enfim, estudar a justiça e o direito desde a disciplinaridade (autonomia da lógica de cada uma das suas disciplinas), desde a interdisciplinaridade (da lógica em relação a cada uma das outras disciplinas relacionadas) e desde a transdisciplinaridade (a lógica, ou ainda, da não lógica dos acontecimentos da cotidianidade que nos surpreendem, provocam e desafiam a cada instante). Precisamos pensar as mediações necessárias e adequadas para minimamente compreender a complexidade das concepções de justiça e de direito no mundo da globalização e da exclusão.

Palavras-chave: Filosofia, justiça, direito, paradigmas, global, local, igualdade, liberdade, diferença, complexidade, inclusão e exclusão.

SAIBA MAIS...

Em um primeiro momento foi aplicada uma atividade de pesquisa, que tinha o objetivo de mostrar o que significa uma atividade de pesquisa, e pesquisa em grupo. Em seguida foi realizado um estudo inicial específico sobre o conceito de Justiça - verbete do Dicionário de Filosofia do Direito, editora Renovar - para que todos tivessem uma visão do tema, dos problemas e conceitos nele implicados. Todos fizeram um levantamento bibliográfico sobre a literatura do tema, em especial no âmbito filosófico e jurídico, com análise em grupo, dessa pesquisa inicial.

GRUPO 2

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM INTERNACIONAL E TRANSDICIPLINAR.

Prof. Dr. Daniel Soczek
Prof^a. Dra. Danielle Annoni

RESUMO

Este projeto de pesquisa procurará, em linhas gerais, apresentar e discutir alguns programas internacionais de proteção dos direitos humanos organizados e fomentados por organismos internacionais como as Nações Unidas e também os projetos de mobilização social de abrangência internacional contra todas as formas de exclusão social auspiciando o desenvolvimento, em uma perspectiva internacionalizada, de modo especial, pelas discussões realizadas nas diversas edições do Fórum Social Mundial.

Palavras-chave: Direitos Humanos, desenvolvimento e globalização.

SAIBA MAIS...

Já foram realizados nove encontros, em que foram discutidos os conceitos de desenvolvimento e direitos humanos. Agora, cada um dos participantes, juntamente com os professores, estão realizando leituras para delimitar o tema que cada um pretende trabalhar nos próximos encontros. A idéia é que, até agosto, todos tenham um pequeno projeto de pesquisa dentro do projeto principal aprovado no início por esta IES, com vistas à produção de textos a serem apresentados no ENFOC.

GRUPO 3

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E AS ELEIÇÕES.

Prof. Msc. Doacir Gonçalves Quadros

RESUMO

A informação produzida pelo jornal impresso, juntamente com a televisão e com o rádio, “constrói” a realidade política durante um processo eleitoral. Nesse contexto, os jornais impressos passam a atuar como atores políticos cruciais nos processos eleitorais. Por intermédio do acompanhamento junto à cobertura dos jornais nas eleições de 2008, pudemos quantificar e comparar as matérias publicadas entre os jornais impressos permitiu identificarmos as convergências e discrepâncias na cobertura de cada jornal pesquisado em relação aos principais candidatos que concorreram à Prefeitura de Curitiba em 2008.

Palavras-chave: Mídia impressa; cobertura jornalística; *Gazeta do Povo*; *O Estado do Paraná*; Curitiba.

SAIBA MAIS...

Foram apresentados aos estudantes do grupo, no dia 24 de abril, os dados relativos ao acompanhamento da cobertura dos jornais impressos nas eleições 2008. Já foram iniciadas as atividades para análise dos programas eleitorais no horário gratuito na televisão dos partidos políticos nas eleições de 2008, com previsão de conclusão no final do segundo semestre de 2009. Todos participarão, por intermédio de nossos pesquisadores e com suas pesquisas, do VI Encontro de Iniciação Científica e Fórum Científico da Facinter e Fatec Internacional - ENFOC.

GRUPO 4

A CULTURA COMO ELEMENTO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: INCORPORAÇÃO DAS NORMATIVAS DO MERCOSUL.

Prof. Dr. Luís Alexandre Carta Winter

Prof. Dr. Eduardo Biacchi Gomes

RESUMO

A integração do MERCOSUL é uma realidade, notadamente porque os efeitos das políticas adotadas pelos Estados estão cada vez mais presentes no dia a dia do jurisdicionado. Um exemplo é a criação do Parlamento do MERCOSUL, instituição de caráter permanente que busca ser um elo de ligação entre o

cidadão do bloco e as demais instituições do MERCOSUL. Aliás, dentro do MERSOCUL as próprias instituições elaboram um grande número de normativas que, infelizmente não possuem ainda vigência e impedem o bom funcionamento do bloco econômico.

Palavras – chave: Integração Regional, cultura, normativas, Mercosul, incorporação e vigência.

SAIBA MAIS...

O grupo, composto por seis alunos dos mais variados períodos, destaca-se pelo estudo de conteúdos atuais e pela oportunidade de participação direta do aluno em temas que se desenvolverão ao passar dos encontros. Inicialmente os primeiros encontros buscaram ambientar os alunos com a exposição dos temas a serem abordados, os quais também foram distribuídos entre os participantes para que cada um pudesse dar sua contribuição para a formação do grupo.

GRUPO 5

ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO PRIMÁRIO NO PARANÁ: A CONTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES (1853-1903)

Prof^a. Msc. Elaine Cátia Falcade Maschio

RESUMO

A proposta deste grupo consiste na investigação, pelo viés histórico, de como ocorreu a constituição do processo escolar primário paranaense a partir da contribuição dos primeiros grupos de imigrantes europeus que se estabeleceram no Paraná no final do século XIX e início do século XX, fundando as primeiras colônias do estado. Busca compreender as legislações, as práticas e os sujeitos (pais, inspetores, professores e alunos) que fizeram parte do processo de escolarização primário paranaense neste período que concentra-se entre os anos de 1853 quando o Paraná torna-se Província independente, e conseqüentemente passa a elaborar uma legislação própria do ensino, até o ano de 1903 quando foi criado o primeiro Grupo Escolar no Paraná: o Grupo Escolar Xavier da Silva; o qual configurou uma nova fase de organização do ensino primário paranaense e não contou com as reivindicações dos grupos de imigrantes para sua viabilização. A análise da escolarização e da cultura só será possível pela diversidade de fontes históricas que se encontram nos arquivos. O levantamento desses materiais possibilita a organização de um banco de dados para compreender essa parte específica da história da educação brasileira, mais especificamente paranaense. Acredita-se que esta pesquisa possa então contribuir para o esclarecimento e as discussões em torno das questões escolares históricas no

cenário paranaense, entendendo este como um campo profícuo e como um ramo da Pedagogia e da História.

SAIBA MAIS...

Dentro do planejamento das atividades de iniciação científica para este Grupo de Pesquisa, já iniciaram os trabalhos de catalogação do acervo localizado junto ao Arquivo Público do Paraná. O procedimento inicial do grupo foi realizar leituras que fundamentassem a compreensão do processo de escolarização entre imigrantes no Brasil, a partir de trabalhos de pesquisadores da área. Posteriormente as alunas se deslocaram ao Arquivo Público do Paraná a fim de conhecer quais documentos constituem o acervo, como os documentos são conservados e, ainda, como devem ser manuseados. A partir disso, as alunas, junto com a professora orientadora, elencaram quais colônias foram criadas no período proposto pelo projeto e elaboraram um modelo de ficha adequado para a localização e catalogação dos documentos. O trabalho de catalogação está sendo realizado primeiramente junto aos índices para posteriormente serem analisados na íntegra. Cumpre notar que estes documentos possibilitam entender a dinâmica escolar nas colônias de imigrantes no Paraná no período estabelecido, pois são compostos por: relatórios de presidentes e secretários, abaixo-assinados, fichas de frequência, termos de exame de alunos, entre outros.

GRUPO 6

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS NOS CONTRATOS DE SEGURO E PLANOS DE SAÚDE

Prof^a. Msc. Priscilla Lacerda

RESUMO

A percepção da doutrina tradicional, segundo a qual os conceitos jurídicos e a própria dogmática seriam imutáveis, vem perdendo força e prestígio, em virtude do fenômeno resultante das transformações econômicas e sociais da época pós-industrial. A vontade contratual, antes predominante, é deixada de lado em prol de um intervencionismo cada vez maior do Estado, e o contrato de adesão é o instrumento contratual para a concretização de inúmeras relações de massa. Todavia, este tipo de contrato é pré-redigido unilateralmente pelo fornecedor, ou seja, o consumidor perde a sua autonomia, pois não pode mais discutir as cláusulas contratuais como outrora fazia. Estes fatos facilitam os abusos, que, muitas vezes, passam despercebidos pelo consumidor vulnerável. O Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil trazem no seu bojo o princípio da boa-fé objetiva e seus deveres anexos. Há uma inversão de papéis entre o consumidor e o fornecedor. Este último tem o dever de informar o consumidor, de maneira clara e precisa, sobre todas as cláusulas do contrato,

principalmente as restritivas de direito. Estes princípios deverão estar inseridos nas relações contratuais desde a fase pré-contratual e mesmo após a execução do contrato. Mesmo com o advento das leis 9.656/98, 8.078/90 e com a publicação do Código Civil de 2002, os seguros e planos de saúde possuem cláusulas limitativas e muitas vezes abusivas. É necessário analisar a recente Resolução Normativa 186 que dispõe sobre a portabilidade dos planos de saúde que possibilita a troca de operadora sem o cumprimento de nova carência. Esta portabilidade começou a vigorar a partir de abril do corrente ano, para os usuários com contratos assinados depois de janeiro de 1999. Propõem-se um estudo para facilitar o conhecimento real dos usuários deste serviço sobre as leis, as jurisprudências sobre o tema com o intuito de tornar viável a proteção do contraente que procura a justiça para defesa de seus direitos.

Palavras-chave: Estado Liberal; obrigatoriedade contratual; autonomia da vontade; massificação das relações de consumo; contratos de adesão; Estado Social; autonomia privada; Constituição Federal de 1988; Código de Defesa do Consumidor; Código Civil, boa-fé objetiva; função social do contrato; constitucionalização do direito civil; Lei 9.656/ 98, Resolução Normativa 186; seguros e planos de saúde.

SAIBA MAIS...

Os alunos participaram do IV Congresso Nacional de Direito Civil, promovido pela Associação dos Magistrados do Paraná, tendo como carga horária 20 horas. Dentre outras atividades durante o primeiro semestre, os alunos abordaram temas sobre: ABRANGÊNCIA DOS ATOS E LEGISLAÇÕES ANTERIORES A CF (seguro e plano de saúde, evolução do “Direito do Consumidor”, antes do CDC); MUDANÇAS NO SETOR DE SAÚDE INTRODUZIDAS PELA CARTA ANÁLISE DO CONTEÚDO (mudança introduzida a partir do CDC, princípios introduzidos, avanços - após quase 20 anos de sua publicação e evolução jurisprudencial - **CF/ 88** até 2009); ASPECTOS GERAIS DA NORMATIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR NO BR - LEI 9656/98 (avanços, retrocessos, características, principais mudanças e alcance da aplicação do dispositivo após 10 anos de sua publicação, Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS – Lei 9961/ 00 evolução, conceito, características, atribuições, atividades); ATUAÇÃO “PRÁTICA” E CONTRATO DE SEGURO E PLANO DE SAÚDE (semelhanças, diferenças, características, lei 10185/ 01 e Lei 10850/ 04).

GRUPO 7

DIREITO E ENERGIA – GDE

Prof. Msc. Rafael Filippin

RESUMO

A energia é uma questão estratégica permanentemente em discussão na agenda política do mundo todo, inclusive o Brasil. Insumo indispensável a todo processo produtivo, sua geração, transformação e uso podem tanto ser indutores de desenvolvimento, como disseminadores de impactos ao ambiente, ao clima, à sociedade e à economia. Por sua vez, o direito deve regular a oferta e o consumo da energia, bem como estabelecer sanções para os impactos e instituir políticas públicas no sentido de promover soluções e alternativas, tudo com vistas à prevenção, mitigação e compensação dos impactos deletérios; à eficiente prestação de serviços (públicos inclusive); e à melhoria na qualidade de vida e ao combate às mudanças climáticas. Pesquisar se o direito está atingindo esses objetivos, ou como e se ele pode alcançá-los é o propósito do Grupo de Pesquisa Transdisciplinar Direito e Energia.

Palavras-chave: Direito, energia, transdisciplinariedade, ambiente, clima, política, economia, sociedade, conflitos e soluções e alternativas.

SAIBA MAIS...

O GDE conta com seis membros: um orientador e cinco alunos participantes (dois deles são bolsistas). Já realizou sete encontros (às sextas-feiras, 18:00hs, no Campus Divina Providência) desde a sua instalação, tendo sido discutidos cinco textos de apoio e várias notícias jornalísticas publicadas nos últimos meses a respeito da questão energética e ambiental nacional e internacional. No último encontro o GDE recebeu a visita técnica do engenheiro Ivo Pugnali, diretor da ENERCONS e ex-diretor da COPEL, na qual discutiu vários temas atuais, dentre os quais a necessidade de se fazer reformulações na Agência Nacional de Energia Elétrica, que permitam ao órgão ser mais ágil e ter uma atuação ambiental mais consistente. Até o fim do primeiro semestre letivo de 2009, os participantes encaminharão seu primeiro relatório de atividades e a prévia dos artigos que serão apresentados a título de produção científica no segundo semestre de 2009. Está prevista também, para o início do segundo semestre a visita técnica do biólogo Msc. Euclides Grandi Junior, que tratará dos impactos ambientais dos grandes projetos de geração de energia.

GRUPO 8

POLÍTICAS PÚBLICAS

Prof. Dr. Carlos Simioni

RESUMO

Inúmeros projetos de políticas públicas tem sido implantados nos últimos anos, tanto na esfera Federal, como estadual e municipal. No entanto, muitas vezes,

tais projetos não vão adiante, ou então, acabam não atingindo suas metas ou são desvirtuados. Em outros casos, os resultados são satisfatórios, acabando por justificar amplamente a sua elaboração. A presente pesquisa tem como objetivo avaliar algumas políticas públicas em vigor no Brasil, delineando seus principais entraves empíricos e teóricos, assim como, apresentando os elementos que têm possibilitado que as metas sejam atingidas. Desta forma, pretende-se não apenas fazer um estudo teórico, mas avaliar políticas concretas, as quais poderiam ser potencializadas a partir de novos parâmetros ou de avaliações críticas e propositivas. A área de políticas públicas é clássica em ciência política. O objetivo deste grupo de pesquisa é analisar projetos de políticas públicas que tem sido implantado na esfera Federal, estadual e municipal, bem como, focos diferenciados de políticas públicas oriundas de atores diversos. As diversas fases de análise das políticas públicas (formulação, implementação e avaliação) são estudadas teoricamente e posteriormente são apresentados cases sobre áreas, como meio ambiente, orçamento público, educação, etc. Para realizar esse acompanhamento é preciso conhecer o funcionamento intra-institucional do Estado, bem como, os macro-processos sociológicos que explicam seu funcionamento como os modelos de *welfare state*.

Palavras-chave: Estado; políticas públicas e orçamento público.

SAIBA MAIS...

No momento, estão sendo analisadas as dificuldades para discussão e implementação de Políticas Públicas (PPs) e foi pego como exemplo uma análise sobre um tema específico: a Lei de Biossegurança, analisando-se os diferentes grupos de interesses, os lobbies e a tramitação da Lei.

GRUPO 9

DIREITO DO TRABALHO COMPARADO

Prof^a. Msc. Leila Andressa Dissenha

RESUMO

Tendo em vista a missão institucional da FACINTER de desenvolvimento do estudo jurídico sob o prisma Internacional, o Grupo de Pesquisa que ora se propõe visa a demonstrar a importância do Direito do Trabalho Comparado no âmbito geral do Curso de Direito e sua correlação com as demais disciplinas ofertadas pelo mesmo; visa a demonstrar, também, o futuro desenvolvimento da supracitada disciplina, no decorrer do semestre acadêmico, iniciando-se pela análise da importância do estudo do Direito Comparado - com o objetivo de uma mais fácil compreensão do nosso próprio Direito Nacional – possibilitando aos integrantes do Grupo identificar os princípios reguladores do Direito do Trabalho em âmbito mundial além de verificar a importância do

trabalho e seus reflexos na sociedade. Pretende-se, portanto, em reuniões quinzenais, aprofundar o estudo de alguns tópicos atuais do Direito do Trabalho Brasileiro realizando comparações com outros países, encaminhando os trabalhos escritos finais para possíveis publicações a fim de socializar os resultados obtidos.

Palavras-chave: Direito Comparado; Direito do Trabalho; Organização Internacional do Trabalho; Legislação Estrangeira; Integração.

SAIBA MAIS...

GRUPO 10

ENTRETENIMENTO DIGITAL

Prof^a. Dra. Adriana Amaral

RESUMO

O presente projeto de pesquisa trata das relações entre comunicação e o consumo do entretenimento digital no contexto da cibercultura. A partir da ubiquidade e da pervasividade da comunicação mediada por computador e dos efeitos das tecnologias de comunicação na sociedade da informação observam-se as interpelações, usos e apropriações das ferramentas de comunicação emergentes como blogs, games, micro-blogs, sites de redes sociais, etc. Alguns estudos sobre o consumo, usos e apropriações das novas mídias pela chamada Geração Y ou Geração Net têm sido produzidos no âmbito acadêmico por pesquisadores de tradição culturalista como Danah Boyd (2008), Paul Hodkinson (2007), Mimi Ito (2008), Judith Donath (2007), Martin-Barbero (2006), Massimo Canevacci (2006), entre outros. A pesquisa tem como objetivo explorar como a juventude local usa as mídias digitais em suas vidas cotidianas. Através do Grupo de Pesquisa pretende -se mapear algumas práticas de consumo de novas mídias pela juventude curitibana através de um misto de técnicas qualitativas como entrevistas e observação-participante com vistas à análise netnográfica (Kozinets, 2002, Hine, 2000) na qual descrição e análise dos dados são combinadas para a compreensão da relação entre juventude e novas mídias no contexto da capital paranaense.

Palavras-chave: Comunicação, consumo, entretenimento digital e juventude.

SAIBA MAIS...

GRUPO 11

ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIAIS EXISTENTES NO MUNDO CORPORATIVO SOB A ÓTICA DA TRS - TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Prof^a. Msc. Mara Christina Villas-Boas
Prof^a. Esp. Sirlei Corrêa

RESUMO

SAIBA MAIS...

Já foram seis encontros, dos quais, cinco foram com Fórum. No primeiro encontro, contaram com a presença do prof. Msc. José Carlos Moreira, professor da instituição, o qual contribuiu sobremaneira na questão da análise do discurso o ponto de vista da Teoria das Representações Sociais - TRS. Nos demais encontros os alunos procuraram subsídios para seus trabalhos de conclusão de curso, bem como outros, ouvintes, foram sensibilizados a começarem a desenvolver suas propostas para o próximo semestre. Os assuntos tratados versaram desde o preconceito em relação ao gênero feminino e a já citada análise do discurso.

GRUPO 12

DIREITO DO COMÉRCIO EXTERIOR: TENDÊNCIAS E PROBLEMAS NA REGULAMENTAÇÃO BRASILEIRA E INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI

Prof. Dr. Martinho

RESUMO

Nas últimas décadas, o incremento das operações de comércio exterior, transportes e logística no Brasil; tem sido um fator relevante para justificar a adaptação das empresas e dos agentes de comércio exterior a essa nova conjuntura. Nessa perspectiva, diversas mudanças aconteceram no campo da regulamentação das atividades de comércio exterior, tais como: regulamentação em operações de transporte, tipificação dos contratos de compra e venda, modernização da aduana, novos modelos de contratos internacionais etc. De uma tal maneira que essas mudanças também foram

seguidas por acompanhamento de tendências no âmbito internacional, principalmente, através dos tratados e da atuação de organizações internacionais diversas como é o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC). É nesse referencial que a presente pesquisa se baseia, vale dizer, na análise da regulamentação do comércio exterior no Brasil e na sociedade internacional em face da maior internacionalização da atuação das empresas no século XXI. A discussão está baseada no estudo dos novos padrões institucionais regulatórios e institucionais surgidos nos últimos anos, assim como no impacto comportamental e nas decisões dos agentes de comércio exterior e inclusive dos países a partir dessa “nova realidade”. Assim, ficam estabelecidas questões de importância teórica e prática para agentes públicos e privados, notadamente, os que trabalham diretamente na área de comércio exterior, tais como empresas, despachantes aduaneiros, fiscais, agentes políticos, economistas, entre outros.

Palavras-chave: comércio exterior, direito do comércio exterior, regulamentação, aduana e contratos internacionais.

SAIBA MAIS...

O grupo começou as suas atividades com reuniões quinzenais presenciais no *campus* Divina Providência da Faculdade Internacional de Curitiba. O coordenador do grupo elaborou, sendo aprovado pelos pesquisadores, um cronograma de execução estabelecendo data de encontros presenciais, temas a serem discutidos e objetivos a serem procurados e alcançados. Dentro do estudo do Direito do Comércio Exterior, optou-se pela avaliação dos impactos causados pela atuação e decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC) na política de comércio exterior brasileira, incluindo o estudo da legislação nacional e da política comercial implementada pelo Brasil, inserido na realidade do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Até o presente momento as atividades realizadas foram:

- Reuniões presenciais com apresentação de temas pesquisadores com abertura para debates;
- Compilação de artigos acadêmicos nacionais e estrangeiros sobre a OMC e a política de comércio exterior brasileira, disponibilizado em conta de e-mail;
- Compilação e organização da legislação brasileira relacionada aos acordos multilaterais do comércio;
- Criação de *e-groups* para intercâmbio de informação entre os componentes do Grupo de Pesquisa;
- Levantamento de dados bibliográficos sobre legislação aduaneira, OMC, economia internacional e comércio exterior;
- Integração com Grupo de Pesquisas da Facinter que trata sobre regionalismo, tendo em vista a interação entre regionalismo e multilateralismo do sistema GATT-OMC;
- Integração com Grupo de Pesquisas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR) que trata sobre regionalismo e Mercosul, interagindo com outros pesquisadores.

A meta estabelecida para os próximos meses é sofisticar o conjunto de bibliografia sobre o objeto de estudo, incluindo referências bibliográficas estrangeiras, terminar o levantamento estatístico e informacional dos casos envolvendo o Brasil na OMC, além da compilação dos tratados multilaterais do comércio. Por fim, tendo em vista o andamento das atividades, é relevante salientar a busca de um dos objetivos: a produção dos resultados das pesquisas realizadas até o presente momento em forma de artigo a ser apresentado para o ENFOC, programado para o mês de outubro de 2009, o qual estará envolvido com o levantamento estatístico e informacional realizado, sendo de ampla importância para empresários e inclusive implementadores de políticas públicas (*policy makers*).

GRUPO 13

AS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI NA CONTEMPORANEIDADE

Prof. Msc. René Berardi
Prof^a. Msc. Karla Gobo
Prof. Msc. Diogo Labiak

RESUMO

Este grupo de pesquisa buscará traçar um paralelo nas relações contemporâneas entre Brasil e Paraguai. Para tal será utilizado um arcabouço teórico amplo, devido ao seu caráter multidisciplinar. Dentro desta análise composta em diversas escalas abordaremos tanto elementos conjunturais quanto estruturais. Do ponto de vista governamental Brasil e Paraguai, nos últimos tempos adotaram um tom cordial e cooperativo em suas relações, uma prova disto é a relação estabelecida no âmbito do MERCOSUL e da Usina Bi-Nacional de Itaipu. Porém esta relação nem sempre se mostrou tão amistosa, basta olharmos para o passado. Sabendo que o presente sempre se constitui baseado no passado e até certo ponto enquanto um reflexo deste mesmo passado, há que se pensar novas formas de compreender as relações existentes entre os dois países. Já sabemos que existem diversos pontos conflituosos na pauta política das duas nações, como por exemplo, a questão tarifária referente à energia elétrica comprada pelo Brasil. Neste grupo nos preocuparemos em montar uma linha de pesquisa que se pautar, imparcialmente, nos parâmetros acadêmicos para compreender tais relações contemporâneas entre estas duas nações sul-americanas. Para tal, será de suma importância o intercâmbio documental entre instituições acadêmicas (intercâmbio este, já existente) e a busca por documentos oficiais dentro dos setores públicos em geral dos dois países em questão.

Palavras Chave: Relações Brasil-Paraguai, geopolítica e vizinhança cooperativa.

SAIBA MAIS...

GRUPO 14

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NO NÍVEL DO INDIVÍDUO E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Prof^a. Msc. Camila Camargo

RESUMO

O grupo de pesquisa em Administração Financeira tem como objetivo geral estudar variáveis relacionadas às principais decisões financeiras organizacionais: investimentos, financiamentos e distribuição de lucros no contexto de pequenas e médias empresas. Em adição procura também estudar as práticas financeiras pessoais de membros de grupos com diferentes perfis. Os projetos associados a este grupo de pesquisa se assentarão sobre a teoria financeira, a qual versa sobre as decisões financeiras organizacionais, especialmente no contexto da pequena empresa, e sobre a teoria do planejamento financeiro pessoal (PFP). Nesse âmbito, poderão ser desenvolvidas pesquisas que visam identificar, analisar, avaliar, mensurar e relacionar as práticas financeiras organizacionais e o desempenho organizacional, ou então, a relação entre características sócio-demográficas e comportamentais, capital econômico e ambiente com as práticas de planejamento financeiro pessoal. Para tanto, o principal método de pesquisa utilizado será o levantamento, precedido de fase exploratória qualitativa de coleta dos dados. O tratamento dos dados envolve análises estatísticas univariadas, bivariadas e multivariadas.

SAIBA MAIS...

Este ano os alunos do Grupo de Pesquisa em Administração Financeira estão desenvolvendo um *survey* para identificar a influência das questões financeiras pessoais sobre o relacionamento conjugal e também a sua influência sobre o divórcio. Pedimos a colaboração de todos, no sentido de responder os questionários de pesquisa, se solicitado. Os resultados da pesquisa serão apresentados no Enfoc de 2009.

AValiação NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Prof.^a Msc. Inge Suhr

RESUMO

A avaliação da aprendizagem é central ao processo de ensino e de aprendizagem e deve oferecer subsídios para o aluno, o professor e a instituição. Para o aluno deve oferecer condições de verificar seu nível de aprendizagem; para o professor, serve como elemento de reflexão sobre a adequação do trabalho pedagógico com vistas à sua reorganização; para a instituição propicia elementos para gerir todo o projeto pedagógico. Esta função da avaliação só se efetua se ela for concebida como processo e não como mera classificação dos alunos a partir dos resultados obtidos, mas em muitas instituições ela ainda não se efetua desta forma. Daí a importância de estudar o tema e gerar novos saberes sobre ele. Assim como nas outras modalidades, a EAD também precisa avaliar coerentemente a aprendizagem dos alunos e usar os dados coletados por este processo para buscar a constante melhoria do ensino. Como o crescimento da EAD ainda é recente no Brasil, poucos têm sido os estudos sobre avaliação nesta modalidade e os saberes da educação presencial vêm sendo, em grande medida, transpostos acriticamente, o que precisa ser superado. Para isso a compreensão das especificidades da EAD – desde seu histórico a sua configuração atual, passando pela legislação – é primordial. Pretende-se, com a continuidade da pesquisa, coletar as percepções dos estudantes de pós-graduação em Gestão do Trabalho Pedagógico na modalidade EAD sobre o processo de avaliação no referido curso e, a partir daí, apontar possibilidades e limites.

SAIBA MAIS...

Até o presente momento o grupo se dedicou a estudar duas categorias de obras:

- Referências na área de avaliação, lendo autores como Luckesi, Vasconcellos, Hoffmann, além de obra da coordenadora do grupo, específica sobre avaliação no ensino superior.
- Obras que caracterizem a EAD, suas diferenças em relação ao ensino presencial, história e situação atual no Brasil. Para isso foram usados autores como Belloni, Moran, além do portal da Secretaria de Educação a Distância do MEC.
- Todas as obras lidas foram resenhadas e discutidas nos encontros semanais.
- No que se refere à coleta de dados, o grupo elaborou um questionário para ser enviado para alunos do curso de Gestão do Trabalho Pedagógico na modalidade EAD e que está postado no AVA (Ambiente Virtual de

Aprendizagem) em formato de enquete e já está sendo respondido pelos sujeitos de pesquisa.

- A próxima tarefa do grupo consiste em analisar as respostas dos sujeitos de pesquisa a partir das categorias de análise apontadas pelos referenciais teóricos estudados.

GRUPO 16

O DIREITO DA PERSONALIDADE NA SOCIEDADE GLOBAL

Prof^a. Msc. Vanessa Iacomini

RESUMO

O Direito busca acompanhar as transformações porque passa a sociedade para dar respostas normativas as relações pessoais na sociedade. Com a globalização, e com um conjunto de transformações científicas através da genética, tecnológicas nas telecomunicações e culturais que envolvem os direitos humanos, o individuo e a extensão de seus direitos na sociedade, seja ela local ou global (nessa perspectiva) estão se modificando e se redefinindo de forma mais ampla, mas ainda, por ser tema novo, não possuem uma regulamentação adequada. Justifica-se, portanto, o desenvolvimento de pesquisa com a finalidade de avaliar os impactos dessa transformação sobre os direitos da personalidade e sua redefinição para que se busquem respostas doutrinárias e normativas para questões que ainda estão em aberto na sociedade.

SAIBA MAIS...

O grupo de estudos vem realizando toda segunda-feira reuniões a partir das 18hrs, nas quais tem - se debatido diversos pontos referentes ao direito de personalidade e às demais disciplinas do direito. Foram distribuídos temas de estudo, totalizando - se quinze temas no total.

Cada aluno pegou um tema e além de estudar ao máximo o tema, terá como tarefa principal a elaboração de um artigo que contribuirá para a revista do nosso grupo que será lançada no I Congresso de Direito da FACINTER a ser realizado agora em setembro, posteriormente os artigos serão utilizados para palestras e debates entre os integrantes do grupo.

GRUPO 17

O VAREJO NA RUA XV: PROPOSTAS DE MELHORIAS DO MIX DE MARKETING PARA AUMENTO DA COMPETITIVIDADE

Prof^a. Msc. Adriana Tulio Baggio

RESUMO

O objetivo do projeto é fazer um levantamento das lojas do calçadão da rua XV, diagnosticar os principais problemas de um segmento a ser definido e propor soluções para esse segmento, tomando como base os pressupostos teóricos do marketing de varejo.

Palavras – chave: marketing, varejo, rua XV e Curitiba.

SAIBA MAIS...

O grupo de pesquisa em Marketing de Varejo está em fase de revisão da bibliografia relacionada ao tema. Em paralelo estão pesquisando sobre a história do varejo em Curitiba e, mais especificamente, sobre a história do calçadão da rua XV de Novembro. No dia 13 de junho, sábado, o grupo realizou a primeira parte da pesquisa de campo. Fizeram também, uma contagem das lojas de rua existentes no calçadão, iniciando na “Boca Maldita” e indo até a esquina com a rua Presidente Faria. O próximo passo é classificar esses estabelecimentos pelo tipo de loja, conforme Alexandre Las Casas e Sérgio Dias, e pelo segmento em que atuam. O grupo também criou um blog para apresentar o andamento do trabalho, exercitar a redação e compartilhar informações. O endereço é <http://grupomarketingdevarejo.wordpress.com>.